



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

MERITOCRACIA E PRIVATIZAÇÃO: OS VALORES DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO

Rosane Toebe ZEN (UEMS - Maracaju)*

Jessica da Silva PREVITAL (UEMS - Maracaju)**

RESUMO: O presente estudo toma como objeto de análise o Sistema de Avaliação da Educação Básica e a política neoliberal. A discussão se centra no levantamento de evidências que aproximam a lógica neoliberal e mercadológica às demandas criadas para atender aos índices educacionais, os quais vem ditando o trabalho desenvolvido nas escolas públicas, em que cada vez mais a função educativa se reduz em preparar os estudantes para os testes. O objetivo geral consiste em compreender o contexto da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil, que coincide que a implementação das políticas de caráter neoliberal no país. Os objetivos específicos se debruçam sobre a caracterização do neoliberalismo que passou a ditar os rumos da política nacional desde meados da década de 1990, e compreender como o processo de criação de políticas públicas de avaliação da educação básica, forjadas no mesmo período histórico, acompanharam a lógica neoliberal, incorporando seus preceitos e princípios. No estudo, são evidenciadas estreitas relações que se estabelecem entre a implementação do neoliberalismo no Brasil e as medidas dela decorrentes (privatização, corte de investimentos públicos em políticas sociais e a competitividade) e a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, que incorpora de forma cada vez mais nítida os valores caros ao mercado, a considerar a sua lógica de mensuração de índices e divulgação de resultados.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sistema de Avaliação da Educação Básica; Metas educacionais.

1 Introdução

Na presente pesquisa, concebe-se que os valores vigentes no mundo produtivo influenciam e inspiram a organização da prática escolar. Da mesma forma, as análises que se debruçam sobre o trabalho educativo que ocorre no âmbito escolar (sobretudo nas escolas públicas) exige compreender como o Estado atua e responde às demandas do modo de produção capitalista. Partindo-se desses dois pressupostos (mundo do trabalho e forma de atuação do Estado), o trabalho se detém à tarefa explorar os fundamentos que orientam a elaboração e a implementação das políticas educacionais, sobretudo às voltadas para a avaliação da Educação Básica.

* Professora Adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Maracaju. E-mail rosane.zen@uems.br

** Acadêmica da 4^a série do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Maracaju. E-mail: jessicaprevital.pedagogiauems@gmail.com

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

O presente estudo aborda, em termos de recorte temporal, o final da década de 1980, quando no Brasil foram criadas as instituições responsáveis pela garantia da democracia eleitoral, após esgotadas as estruturas que davam sustentação à ditadura militar. Logo depois, na metade da década de 1990, são implementadas as políticas neoliberais. As políticas públicas de educação, na mira do neoliberalismo, passaram a incorporar em seus princípios, os valores que regem a política neoliberal, tais como a meritocracia e a privatização.

Considerados estes aspectos, o objetivo geral deste estudo consiste em compreender o contexto da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil, o qual ocorre *pari passu* à implementação das políticas de caráter neoliberal. Os objetivos gerais estão voltados à compreensão das características que marcam a política neoliberal, considerando as especificidades de sua implementação no caso brasileiro; e analisar a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, identificando-o como um dos produtos da política neoliberal concebidas para a educação.

O trabalho está organizado em três seções, além desta introdução. A próxima seção foi destinada à análise dos elementos que caracterizam a política neoliberal brasileira. Na terceira seção, realiza-se uma recuperação histórica da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, destacando elementos que revelam a sua proximidade aos princípios neoliberais. Nas considerações finais, são destacados elementos que evidenciam a influência do neoliberalismo no Sistema de Avaliação da Educação Básica.

2 Neoliberalismo, Meritocracia e Privatização

Do ponto de vista formal e institucional, o Estado anuncia como objetivos das avaliações de estudantes, professores e escolas de Educação Básica, que elas indiquem a evolução da qualidade do ensino e auxiliem na definição de ações voltadas para os problemas identificados (Brasil, 2017). Esse pressuposto, entretanto, se rompe diante da constatação de que o Estado não faz uso das informações produzidas pelas avaliações para orientar a formulação de ações que visem à melhoria da qualidade da educação, mas os utilizam para identificar os culpados pela má qualidade da educação (Amaro, 2016; Barreto, 2013).



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

De forma mais específica, desde a Reforma Administrativa do Estado, ocorrida em 1995, verifica-se que as políticas públicas de avaliação da educação se mostram consonantes ao *modus operandi* do neoliberalismo. Diferentemente do que ocorreu nos países de capitalismo central, em que a atuação do Estado esteve voltada à organização, articulação e financiamento do Estado de Bem-Estar Social, no Brasil, o *Welfare State* não se instituiu. Portanto, atribuir à lógica neoliberal a retração do Estado de Bem-Estar Social, importa incorrer em um equívoco (Leher, 1998). Por outro lado, acirraram-se as condicionalidades para o investimento de recursos públicos em políticas sociais, e, desde, então são criados instrumentos cada vez mais sofisticados de controle dos gastos públicos.

Ainda que não tenha vivenciado um Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo implementado no Brasil atendeu a todos os preceitos básicos que foram adotados nos países de economia central, os quais incluem a estabilização da economia às custas do comprometimento do poder de compra do trabalhador, a privatização de bens e serviços públicos lucrativos, a liberalização do comércio em benefício aos grandes conglomerados, a desregulamentação de leis trabalhistas e a austeridade fiscal nos investimentos em políticas sociais (Petras, 1997).

Caracterizar o Estado neoliberal não significa entendê-lo como isento nos assuntos econômicos e sociais do país, mas, reconhecer que o Estado o faz na intenção prioritária de fortalecer os interesses do capital. São exemplos desta atuação, a privatização de empresas públicas lucrativas, o saneamento de prejuízos de empresas privadas e a absorção das dívidas (tornando-as de responsabilidade da sociedade), e atuação no enfraquecimento das lutas coletivas, tais quais, as que são mobilizadas no meio sindical.

Nesse contexto, observa-se que a atuação do Estado em prover a educação se caracteriza como uma forma específica de mediação em que sua tarefa principal se concentra criação de condições favoráveis à valorização do valor (Mascaro, 2013). Sendo assim, o corte de gastos, a cobrança por resultados e a adoção de critérios privados para conferir o reconhecimento do mérito são estratégias que ganham relevância.

Para as políticas públicas educacionais e, de forma mais específica, as avaliativas, a adesão da política nacional aos preceitos do neoliberalismo significou

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

o surgimento de uma nova face, a do Estado avaliador (Afonso, 1997; Santana; Rhoten, 2013).

Dessa forma, a reflexão sobre como o neoliberalismo efetiva demandas para as políticas educacionais, como esse Estado avaliador articula e desenvolve as políticas educacionais voltadas para a avaliação da Educação Básica, e estabelece parametrizações que englobam eficiência e eficácia dos gastos públicos, são elementos que serão analisados mais de perto na seção a seguir.

3 A Avaliação da Educação Básica no Brasil

A avaliação da educação básica no Brasil é realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que produz informações sobre a realidade educacional por meio de provas nas quais se busca mensurar o desempenho dos alunos. A avaliação da educação básica foi instituída no Brasil entre os anos de 1989 e 1992. Neste período, as provas eram realizadas em caráter amostral e os instrumentos avaliativos eram formulados a partir dos conteúdos trabalhados no âmbito dos sistemas de ensino, os quais eram previamente levantados por meio de consulta aos sistemas de ensino (Barreto, 2013).

As mudanças ocorridas posteriormente provocaram uma inversão vertiginosa desta ordem. No mesmo período em que o SAEB foi criado, instituíram-se medidas que exerceram fundamental importância para a implementação, legitimação e regulação da educação básica, nas quais, a avaliação consistiu em importante medida. O MEC passou por mudanças em sua estrutura administrativa, transformando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP em órgão autônomo, que assumiu a responsabilidade de elaborar, aplicar as provas e divulgar os resultados (Freitas, 2007).

As avaliações para verificar a qualidade da educação básica realizadas entre os anos de 1990 e 1995 tiveram como público-alvo estudantes de 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do ensino fundamental. As áreas de conhecimento abordadas nas provas incluíram Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação. As avaliações foram realizadas em escolas públicas, abrangendo de forma amostral os participantes dos certames.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Em 1995, mesmo ano em que aconteceu a Reforma Administrativa, quando o Estado brasileiro aderiu aos preceitos da política neoliberal, foram implementadas mudanças no sistema de avaliação, dentre elas, adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia de construção do teste e análise de resultados.

A adoção da Teoria da Resposta ao Item como base para elaboração dos instrumentos de avaliação provocou impactos significativos no que diz respeito à forma como o aprendizado dos alunos é avaliado. O modelo parte do pressuposto de que indivíduos com maior habilidade possuem maior probabilidade de acertar ao item, mas reconhece que esta relação não é linear. Sendo assim, as habilidades observadas em diferentes respondentes podem ser comparadas entre si, mas não ganham um “significado prático em termos pedagógicos” (Andrade; Valle, 1998, p. 23).

A adoção da TRI criou condições para ampliar o número de provas corrigidas de forma simultânea, tendo em vista que as respostas são registradas em gabaritos, facilitando a correção com o uso de recursos tecnológicos, como os de leitura óptica. A mudança criou condições para que as provas deixassem de ser aplicadas de forma amostral, passando a censitárias. Por meio desta mudança, os números (de erros e acertos em questões de múltipla escolha) passaram a se sobressair à verificação fidedigna da aprendizagem dos estudantes.

Uma nova reestruturação do SAEB ocorreu em 2005 por meio da Portaria Ministerial nº 931. O sistema passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb – de caráter amostral) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc – de caráter censitário), conhecida como Prova Brasil.

A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral. A Prova Brasil, por sua vez, passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem ao critério de, no mínimo, 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais e anos finais (4^a série/ 5^º ano – 8^a série – 9^º ano) do Ensino Fundamental das escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola (Brasil, 2005). O caráter censitário das provas permitiu que os resultados entre sistemas de ensino, escolas e turmas pudesse ser comparado, escalonado e ranqueado. Desde então, a meritocracia ganha notoriedade, mediante a possibilidade de identificação de escolas e



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

professores em que os resultados ficaram abaixo das expectativas, permitindo a identificação dos responsáveis pelo fracasso escolar.

Não se vinha observando, desde a criação do SAEB, a utilização, por parte do Estado, das informações produzidas pelas avaliações para orientar a formulação de ações que visem à melhoria da qualidade da educação. A partir do momento em que as provas passam a ser censitárias, os dados passaram a ser utilizados para que escolas, professores e alunos sejam identificados com os responsáveis pela má qualidade em educação (Chirinéa; Brandão, 2015).

No Brasil, as práticas de responsabilização ainda não atingiram todas as esferas administrativas, e da mesma forma, muitos sistemas passam alheios às suas práticas. A experiência americana, por sua vez, introduziu os mecanismos de responsabilização até as últimas consequências. Escolas com baixo desempenho são fechadas; professores são incentivados a competir entre si pelos melhores resultados; professores com bons desempenhos são premiados; ao passo que os profissionais que atuam em escolas precárias são penalizados.

As estratégias que orientam a tomada de decisões com base nos resultados das avaliações em larga escala têm enfraquecido a escola pública, e levaram o ensino à sua privatização, que por sua vez, não tem significado nenhum ganho em qualidade para os estudantes e suas escolas (Ravitch, 2011).

A experiência americana nos deixa um legado, considerando elementos explorados na obra de Ravitch (2011). As práticas de comparação e de meritocracia nasceram com discursos que guardam certa legitimidade, como o de assegurar a todas as crianças o atendimento educacional de qualidade e o de mensurar essa qualidade para que a sociedade possa realizar cobranças sobre o trabalho de professores e demais profissionais das escolas.

Ainda que no Brasil a implementação de mecanismos meritocráticos e de privatização não estejam amplamente espraiados, ela consiste em uma tendência que ganha cada vez mais adesão social. Nesse sentido, compete a nós, educadores, compreendermos esses processos e desenvolvermos mecanismos de resistência e denúncia, o que exigirá de nós, discutir com as comunidades escolares e com a sociedade em geral as efetivas consequências das práticas escolares pautadas em valores de mercado para conferir a qualidade da educação.





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

4 Considerações Finais

Os processos avaliativos em vigor atendem ao projeto societário que se articula às demandas do capitalismo e do Estado neoliberal. Nesse processo, a educação não tem sido capaz de resistir às imposições que são inerentes à esta lógica, dentre as quais, a de responsabilizar individualmente os sujeitos pelas suas estratégias de inserção social (Freitas, 2011).

Quando as políticas de avaliação da Educação Básica no Brasil – emblematicamente representado pela criação do SAEB – foram criadas, o Estado brasileiro havia muito recentemente iniciado o processo de democratização, o que se desdobrou também no campo da educação, conferindo à sociedade o direito de cobrar pelo direito ao acesso e à qualidade da educação.

O acesso passou a ser pautado pela lógica neoliberal, o que se evidenciou de forma mais concisa com a Reforma Gerencial de 1995. Com o neoliberalismo, a privatização de empresas públicas lucrativas, a estabilização da economia mantida às custas do arrocho salarial dos trabalhadores e o saneamento de prejuízos de empresas da iniciativa privada foram fatores que impuseram o corte de gastos em serviços públicos, tais como, os educacionais. Assim, atender a um público maior se fez às custas de reduzir os custos deste mesmo investimento.

A operacionalização desses números, sem que o Estado pudesse ser responsabilizado por sua ineficácia se traduziu nas mudanças que o Sistema de Avaliação da Educação Básica vem sofrendo desde então. Quando criado, antes da reforma neoliberal, tinha como objetivo a realização de avaliações de caráter amostral e qualitativo.

Após a Reforma do Estado, os instrumentos adotados mudaram de foco e passaram a considerar o desempenho de estudantes em provas padronizadas, de múltipla escolha, e aplicadas de forma censitária. Junto com essas mudanças, foram implementadas metas a serem atingidas. Esta estrutura tem exigido cada vez mais de estudantes, professores e escolas, a obrigação de atingir estes índices, de forma que se assiste ao fenômeno de que os exames determinem o que os alunos devem estudar, e a avaliação passa a ser o currículo.

As alterações substanciais pelas quais os sistemas de avaliação têm passado desde que o SAEB foi criado implicaram em medidas pedagógicas que respondem

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

prioritariamente às demandas políticas e econômicas impostas pela lógica de austeridade fiscal imposta pelo neoliberalismo.

O acesso à escola vem sendo articulado aos valores que incluem a competição, o escalonamento, a comparação e a busca por metas, permitindo a internalização e a naturalização dos ideais da classe dominante e dos valores que são importantes no mundo corporativo, introduzindo no ambiente escolar a lógica do privado em suas condutas, ações e estratégias institucionais.

Porém, a escola não responde de forma unilateral aos anseios do capital, pois a função social dessa instituição é alvo de disputa entre projetos societários antagônicos. Se, por um lado, é fato que a escola contribui na difusão de valores que fortalecem a manutenção da estrutura social fundada em classes, por outro, a transformação social ampla, emancipadora e radical “é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo” (Mészáros, 2008, p. 76).

O presente estudo se posiciona no campo da disputa, considerando, para isso, a necessidade de compreender as condições históricas e sociais que determinaram a forma social assumida pela escola pública brasileira na atualidade.

Reconhecer a forte influência do neoliberalismo e de seus preceitos é condição inalienável à superação dos paradigmas vivenciados por educadores e estudantes. A situação da educação estadunidense, a título de exemplo, é emblemática e permite alguns aprendizados. Dentre eles, Ravitch (2011) destaca a necessidade de construção de laços que fortaleçam a luta coletiva, na contramão das medidas de caráter neoliberal, que incentivam a competição e a meritocracia. Os profissionais da educação precisam de condições mínimas de trabalho para desenvolver suas atividades de forma adequada, de salários dignos e estabilidade para continuar atuando numa mesma escola ou rede ao longo da carreira, permitindo a incorporação de seus conhecimentos ao cotidiano da escola.

A lógica neoliberal não considera nenhum desses fatores como elemento de melhoria das escolas. Esta constatação é importante, pois revela que não há compromisso da ordem neoliberal com o desenvolvimento educacional com qualidade: seus preceitos se circunscrevem à eficácia e à eficiência dos gastos. Este dado nos remete a uma importante e última reflexão, que consiste em reconhecer



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

que as regras que regem o mercado não servem para a educação. Nesse sentido, a educação de qualidade socialmente referenciada pela qual tanto lutamos não nascerá no seio do regramento neoliberal, mas no das reivindicações coletivas que congregam profissionais da educação, estudantes e comunidades escolares, comprometidos com um projeto social e educacional pautado em valores como a solidariedade e a emancipação dos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas públicas e avaliação educacional:** para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). 421f. Tese (Programa de pós-graduação em Educação e Psicologia) – Universidade do Minho. Braga – Portugal, 1997.

AMARO, Ivan. As políticas de avaliação em larga escala e trabalho docente: dos discursos eficientistas aos caminhos contrarregulatórios. **Revista Ibero-Americana em Estudos em Educação**, v.11, n.4, p. 1960-1978, out-dez. 2016.

ANDRADE, Dalton Francisco de; VALLE, Raquel da Cunha. Introdução à Teoria da Resposta ao Item: conceitos e aplicações. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 18, p. 13-32. 1998.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. As novas relações entre o currículo e a avaliação. **Retratos da Escola**, v. 7, p. 133-143, 2013 – Brasília: CNTE, 2013.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 931**, de 21 de março de 2005. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria931_NovoSaeb.pdf Acesso em 15 jul. 2025.

BRASIL. Sistema de Avaliação da Educação Básica. Projeto Básico. vol 6. Edição 2017d. INEP – Instituto Nacional de Pesquisas em Educação Anísio Teixeira – Ministério da Educação. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2017/documentos/projeto_basico_SAEB_2017_V6.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao tecnicismo? **Anais do 3º Seminário de Educação Brasileira promovido pelo Cedes no Simpósio PNE: Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional**, fevereiro de 2011.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza.** Tese de doutorado [Faculdade de Educação] – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para além do Capital.** Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RAVITCH, Diane. Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTANA, Andréa da Cunha Malheiros; ROTHEN, José Carlos. A implantação dos sistemas de avaliação: uma política pública de Estado ou de Governo? **Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas e Agentes.** 2013.

